

O Renascimento das Cidades

Comunicado da Reunião Ministerial. Leipzig 24 e 25 de Maio de 2007

União Europeia

Carta de Leipzig

Quais são os objectivos da Carta de Leipzig?

A Carta de Leipzig criará as bases para uma nova política urbana na Europa. Para alcançar este objectivo os Estados Membros têm em primeiro lugar que se pôr de acordo sobre uma percepção comum da cidade ("Cidade Europeia"). O objectivo da Carta de Leipzig é a de reformular a ideia da Cidade Europeia.

Para atingir este fim, a Carta de Leipzig está determinada a combater:

a uniformidade e a monotonia no desenvolvimento urbano. A época da optimização individualizada das zonas residenciais e de trabalho, dos gigantescos centros comerciais e dos grandes espaços de estacionamento terminou. No seu lugar, a Carta de Leipzig recomenda o ressurgimento de uma grande diversidade nas áreas residenciais, de trabalho e de lazer. Isto tornará as cidades mais interessantes, vibrantes e socialmente estáveis. Além do mais, as cidades com um elevado nível de desenvolvimento misto estão menos sujeitas a crises económicas.

as reivindicações unilaterais de posse. As cidades não são propriedade dos políticos ou das autoridades públicas nem pertencem aos investidores. A Carta de Leipzig esclarece que todos são responsáveis pelo presente e pelo futuro das cidades e que todos se deverão envolver: cidadãos, políticos e autoridades, a indústria e as organizações sociais. Os países democráticos precisam de democracia a nível local.

a absolutização dos interesses particulares. A cidade europeia do futuro não deverá mais ser dominada por inte-

resses sectoriais isolados, tais como os dos transportes, da habitação ou da indústria. A Carta de Leipzig declara que o planeamento urbanístico deverá ser o resultado dum processo público. Neste processo, deverá conseguir-se um equilíbrio justo entre todos os componentes do desenvolvimento urbano.

a exclusão e o isolamento nos bairros estigmatizados. A Carta de Leipzig baseia-se na integração social e cultural das áreas urbanas deprimidas e considera esta integração como sendo uma das principais estratégias para a harmonia internacional no plano europeu. O crescimento económico estável e de longo prazo não será possível a não ser que as cidades no seu todo continuem socialmente equilibradas e estáveis.

A Carta de Leipzig faz do desenvolvimento urbano uma questão de dimensão europeia. O modelo da cidade europeia do começo do século 21 será concretizado através do reconhecimento dos valores associados a este modelo (co e auto-determinação cidadã, uso misto do espaço urbano, inclusão social, espaço público).

A Carta de Leipzig torna evidente que os Estados Membros têm de agir já para poderem lidar com

- as mudanças demográficas
- as alterações climáticas e
- e o impacto estrutural da economia global

nas cidades. Propostas concretas de acção fazem, pois, parte da Carta de Leipzig

O que é novo na Carta de Leipzig?

A Carta de Leipzig formula aspirações e estabelece estratégias. De novo temos que todos os Estados Membros aceitam orientar-se pelas características da Cidade Europeia acima mencionadas. Este facto reflectir-se-à no seu compromisso voluntário

- de prosseguir a estratégia de desenvolvimento urbano integrado e de

- agir para contrariar a exclusão social nas áreas deprimidas

Devido às diferentes condições existentes nos 27 Estados Membros, a maneira como estas aspirações e estratégias serão concretizadas será naturalmente variável. Como consequência, a resposta à pergunta sobre o que há de novo na Carta de Leipzig difere em cada Estado Membro. No entanto, para a maior parte dos Estados Membros,

- o planeamento urbano integrado (i.e. baseado em objectivos multi-sectoriais, sustentáveis e respondendo às necessidades dos cidadãos) e
- a aceitação do facto de que há áreas deprimidas relativamente às quais existe a obrigação pública fazer alguma coisa

significam novas perspectivas de acção para os governos centrais e locais.

O que também é novo é o compromisso sério demonstrado na elaboração da Carta de Leipzig. Com mais de 100 contribuições, este é sem dúvida um documento dos Estados Membros.

Quem fará o quê?

Do contexto da Carta de Leipzig e da sua formulação resultam tarefas concretas e compromissos.

Os Ministros

- considerar a possibilidade de aplicar o modelo de desenvolvimento urbano integrado nos respectivos países. Estão por isso a favor da:
 - participação pública no planeamento urbano;
 - luta por um equilíbrio justo entre os interesses do mercado e o interesse público;
 - melhor coordenação do investimento do sector público e privado nas cidades;
 - consideração dos aspectos de longo prazo no planeamento urbano.

- acreditar que o foco do planeamento urbano estará no centro das cidades (núcleos urbanos). Será cada vez menos uma questão de criar novas zonas residenciais ou de negócio, e cada vez mais uma questão de modernização de áreas residenciais e de recuperação de velhas zonas comerciais. Através do modelo de desenvolvimento urbano integrado, os Ministros recomendam explicitamente uma estratégia para atrair pessoas, actividades e investimento de volta aos centros das cidades.
- acreditar que o combate às alterações climáticas é uma das tarefas chave da política do desenvolvimento urbano
- afirmar que as cidades têm que ser vistas como um todo.

Nas cidades não deverão existir ilhas de prosperidade cercadas por mares de pobreza. A longo prazo, só poderá existir crescimento e prosperidade para a cidade entendida como um todo.

Para atingir estes objectivos e compromissos, as seguintes medidas foram discutidas pelos Estados Membros durante a presidência do Conselho da UE na Alemanha. Os Estados Membros

- devem aceitar o desenvolvimento urbano como uma tarefa pública. Para tal, deverão contar com o sector público e com a indústria.
- aceitam o desenvolvimento urbano como um instrumento chave, entendido como uma metodologia que considera todos os interesses relevantes em simultâneo e equitativamente.
- têm que fazer mais para elevar a qualidade do espaço público, das suas ruas e praças.
- vêem grande necessidade de acção na modernização das redes de infra-estruturas.
- comprometem-se a aumentar a eficiência energética com o objectivo de combater as alterações climáticas.
- consideram a política educacional activa - principalmente nas áreas urbanas deprimidas - como o caminho para um futuro melhor.
- concordam que o meio físico das cidades tem que ser melhorado, passando a dar mais importância, do que no passado, aos aspectos da cultura construtiva (Baukultur).

A Comissão Europeia é convidada a

- coordenar a legislação e as directivas desenvolvidas a nível Europeu e a maneira como elas são implementadas no terreno, e a fazê-lo melhor e mais depressa do que no passado.
- estar ainda mais atenta para que nos futuros fundos de coesão (Fundos Estruturais) sejam contemplados os problemas que as cidades enfrentam. A UE tem que ajudar não só as indústrias, mas também as regiões ou áreas que tenham sido especialmente atingidas pelas mudanças económicas estruturais. Isto porque que a UE não é só uma associação económica, mas também um projecto social e cultural.

Propostas chave

1. "Europa assume posição nas cidades". 75% da população da Europa vive nas cidades. Estas cidades são os pontos fulcrais da integração europeia. Além disso, as cidades são tradicionalmente os locais onde a investigação e a inovação - e conseqüentemente o crescimento económico - têm lugar. A política da UE precisa duma maior dimensão territorial urbana. A política da UE tem de "ser espacial".

2. "Renascimento Urbano" O emergente renascimento dos centros das cidades tem que ser fortalecido através da coordenação de projectos público/privados. Este renascimento fornece uma oportunidade para fortalecer a "cidade compacta europeia". Os ministros responsáveis pelo planeamento urbano estão vigorosamente a favor do fortalecimento dos centros das cidades. A cidade compacta europeia é também um contributo para combater as alterações climáticas, porque reduz o volume de tráfego urbano e leva a uma menor impermeabilização das zonas verdes.

3. "Minimizar as alterações climáticas também é uma tarefa urbana". As cidades são responsáveis pelo consumo de três quartos da energia produzida no mundo. É imperativo andar mais a pé, de bicicleta ou em melhores transportes públicos. Ao mesmo tempo, melhorar a eficiência energética nos edifícios é um contributo fundamental para minimizar as alterações climáticas.

4. "Envolvimento dos cidadãos". A Europa não deve ser uma criação burocrática. A Europa só será credível se assumir de forma concreta uma vertente social e uma comunidade de valores partilhados. A ideia da integração europeia não encontrará um grande eco na sociedade a menos que isto aconteça. Nas cidades, mais do que em qualquer outro lugar, as questões sociais são particularmente prementes. Não devem existir "zonas interditas" na Europa. O combate à exclusão social nas cidades é uma componente integral da Europa dos valores. A existência de zonas urbanas pobres prejudica a atracção, a competitividade, as forças de inclusão social e a segurança das cidades. Neste contexto, mais educação é a chave para uma maior igualdade de oportunidades. Mais e melhores possibilidades de educação e de instrução deverão ser proporcionadas, especialmente nas zonas deprimidas, indo ao encontro das necessidades e das carências das crianças e dos jovens que aí vivem.

5. "A cidade tem que ser bonita". À medida que aumenta a competição entre as cidades para atrair os negócios, os aspectos da cultura construtiva (Baukultur) no desenvolvimento urbano estão a tornar-se extremamente importantes. A Baukultur é uma necessidade e não um luxo. A Baukultur impulsiona o crescimento. Numa época em que tudo está disponível em toda a parte, a qualidade dos edifícios torna-se um instrumento da política estrutural.

6. "Boa política urbana". O planeamento urbano não é exclusivamente da responsabilidade do sector público. Há mais dois parceiros para a futura política urbana do desenvolvimento: a sociedade civil e a indústria. Isto fortalecerá a democracia a partir das suas raízes. Ao mesmo tempo, aportará uma base mais sólida para o planeamento e o investimento. As cidades devem forjar novas parcerias com os seus vizinhos. A cidade e a cidade-região precisam de ideias baseadas num equilíbrio justo de interesses.

(tradução não oficial; cv/acp)